



Quando corpos interferem: uma leitura interseccional das narrativas LGBTIAPN+ na Educação Matemática

João Gabriel Souza Freitas¹
Fernanda Malinosky Coelho da Rosa²

Resumo: Esta pesquisa investiga as experiências narradas por pessoas LGBTIAPN+ que ensinam (ou já ensinaram) matemática na Educação Básica ou Superior e que residem ou tenham atuado em comunidades marginalizadas no Brasil. Busca-se analisar como marcadores de gênero, sexualidade, raça, classe e território atravessam suas trajetórias profissionais e subjetivas. A pesquisa fundamenta-se nos conceitos de dispositivo e regime de verdade, em Foucault (1999a; 1999b), de performatividade e inteligibilidade, em Butler (2018), e corpo como superfície tecnopolítica, em Preciado (2018). A produção dos dados será realizada por meio de entrevistas narrativas, posteriormente transformadas em narrativas escritas, considerando temporalidade, lugar, socialidade e implicação do pesquisador. A análise interseccional permitirá compreender como desigualdades estruturais configuram condições de vulnerabilidade e resistência no campo da Educação Matemática. Espera-se que a pesquisa produza narrativas que tornem visíveis práticas de exclusão e estratégias de enfrentamento, contribuindo para ampliar debates sobre diversidade, justiça social e políticas educacionais mais equitativas na formação e atuação docente.

Palavras-chave: gênero; sexualidade; corpos; interseccionalidade.

Introdução

A Educação Matemática é frequentemente apresentada sob discursos de neutralidade e universalidade. Entretanto, tais discursos participam de regimes de verdade que produzem sujeitos, legitimam práticas e organizam hierarquias. Pessoas LGBTIAPN+ que ensinam (ou já ensinaram) matemática na Educação Básica ou Superior, em comunidades marginalizadas, enfrentam tensões de reconhecimento, inteligibilidade e pertencimento institucional, revelando como práticas normativas constituem identidades e modos de existir.

A discussão de gênero e sexualidade vem ganhando espaço nos contextos escolares, universitários e de produção do conhecimento matemático como forma de subverter estereótipos historicamente construídos, que privilegiaram o homem

¹ Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, joao.freitas@ufms.br.

² Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, fernanda.malinosky@ufms.br.



branco, cis e heterossexual. Por muito tempo, os espaços de produção matemática foram estruturados a partir de uma lógica masculina, sustentados por padrões que negligenciaram as mulheres (Beauvoir, 2009).

Essas críticas à exclusão de mulheres nos espaços de saber abriram caminhos para outras problematizações sobre quem pode ocupar, produzir e legitimar conhecimento. Nesse contexto, movimentos de reivindicação por direitos buscaram equiparar condições de vida, destacando-se o feminismo, que enfrenta o sexismo e outras formas de opressão. Esse movimento impulsionou outros coletivos marginalizados, ampliando as lutas por justiça social.

Entre eles, o movimento LGBTQIA+ organiza-se também pela defesa da vida. Assim, ocupar espaços de produção matemática torna-se fundamental para visibilizar sujeitos apagados por uma norma social que privilegia determinados corpos.

Compreendemos os corpos como materialidades inseparáveis de modos de vida e de existência (Preciado, 2018) e adotamos a sigla LGBTIAPN+, abrangendo identidades dissidentes da norma binária. Assumimos ainda um posicionamento político e linguístico que subverte o masculino como gênero neutro, utilizando o feminino. A sociedade privilegia o homem cis, branco e heterossexual, produzindo violências como pré-conceito, estigmatização e discriminação. Essa norma, chamada heteronorma, é entendida como:

[...] a capacidade da heterossexualidade apresentar-se como norma, a lei que regula e determina a impossibilidade de vida fora dos seus marcos. É um lugar que designa a base de inteligibilidade cultural através da qual se naturaliza corpos/gêneros/desejos e definirá o modelo hegemônico de inteligibilidade de gênero, no qual supõe que para o corpo ter coerência e sentido deve haver um sexo estável expresso mediante o gênero estável (masculino expressa homem, feminino expressa mulher) (Bento, 2017, p. 29).

Essa lógica normativa não atua apenas na regulação dos desejos e das sexualidades, mas também na imposição de formas consideradas legítimas de viver o gênero, produzindo sujeitos considerados desviantes, dissidentes ou incompletos, invalidando suas existências (Louro, 2013).



Os processos heteronormativos se atualizam, especialmente na violência contra pessoas trans e travestis. Em resposta, pessoas trans e travestis ressignificaram essas categorias, nomeando como 'cis' aqueles que se identificam com o gênero atribuído ao nascimento, entendido como “[...] um conceito que abarca as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento, ou seja, as pessoas não-transgênero” (Simakawa, 2015, p. 44 apud Jesus, 2012). Contudo, para além da sexualidade, tais regulações também operam pela cisgeneridade compulsória, isto é, pela expectativa de que todas as pessoas se identifiquem com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento.

Neste sentido, o termo cisheteronorma amplia a compreensão dessas violências, ao evidenciar que elas se organizam tanto pela obrigatoriedade da heterossexualidade quanto pela naturalização da cisgeneridade. Diante disso, questionamos de que modos as narrativas de pessoas LGBTIAPN+ que ensinam (ou já ensinaram) matemática na Educação Básica ou Superior, em comunidades marginalizadas no Brasil, tornam visíveis experiências interseccionais marcadas por gênero, sexualidade, raça, classe e território em seus percursos de formação e atuação docente?

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo geral: Compreender como as narrativas de pessoas LGBTIAPN+ que ensinam (ou já ensinaram) matemática na Educação Básica ou Superior, e que residam ou tenham atuado em comunidades marginalizadas no Brasil, revelam formas de regulação e estratégias de resistência atravessadas por gênero, sexualidade, raça, classe e território em seus percursos formativos e profissionais.

Como desdobramentos do objetivo geral, buscamos mapear e descrever trajetórias escolares, formativas e profissionais de pessoas LGBTIAPN+ que ensinam (ou já ensinaram) matemática em comunidades marginalizadas no Brasil, destacando experiências de acesso, permanência e circulação na escola; analisar, a partir das narrativas produzidas, como dispositivos institucionais e



normas cisheteronormativas, racializadas e classistas operam na Educação Básica, na Educação Superior e ao longo da trajetória acadêmica, regulando corpos, presenças e formas de ensinar matemática; e identificar e discutir estratégias de resistência, redes de apoio e invenções pedagógicas mobilizadas por essas pessoas na docência em matemática, problematizando como essas práticas tensionam a suposta neutralidade da disciplina e produzem outras maneiras de habitar comunidades marginalizadas e espaços acadêmicos.

Dessa forma, a pesquisa se insere no campo da Educação Matemática ao problematizar seus pressupostos de neutralidade, evidenciando como gênero, sexualidade, raça, classe e territorialidade atravessam a produção do conhecimento. Ao dar centralidade às narrativas de pessoas LGBTIAPN+, tensiona-se a lógica normativa que estrutura o campo, abrindo espaço para outras formas de existir, ensinar e produzir matemática.

Referencial teórico

Esta pesquisa fundamenta-se em um referencial que articula contribuições de Foucault (1999a; 1999b), Butler (2018) e Preciado (2018), compreendendo gênero, sexualidade, corpo e conhecimento como elementos enredados em relações de poder. Afasta-se da neutralidade e assume a pesquisa como prática política, performativa e situada, na qual discursos, corpos e instituições se constituem mutuamente.

A pesquisa articula uma leitura genealógica, performativa e tecnopolítica, analisando narrativas, dispositivos institucionais e tecnologias que atravessam a vida de pessoas LGBTQIA+ na Educação Matemática. Assim, investiga como verdades e normas são historicamente produzidas, entendendo gênero, sexualidade e identidade como práticas performadas e reguladas socialmente.

O corpo é compreendido como superfície técnica regulada por documentos, protocolos e rotinas acadêmicas. A tecnopolítica permite evidenciar “corpos regulados” (Preciado, 2018), mostrando como instituições moldam formas



de existir, enquanto narrativas docentes operam como resistência e reprogramação.

Genealogia, Dispositivo e Regimes de Verdade

A perspectiva foucaultiana possibilita compreender como poder, saber e subjetivação operam na Educação Matemática, mapeando práticas, discursos e dispositivos que produzem modos de ser (Foucault, 1999a). Instituições educacionais regulam sujeitos por meio de dispositivos que produzem regimes de verdade (Foucault, 1999b), definindo o que pode ser dito, por quem e em quais condições.

Essa abordagem desloca a análise das narrativas individuais para as condições históricas que as tornam possíveis. Também permite problematizar a ideia de neutralidade da matemática, evidenciando como ela se articula a mecanismos de privilégio e exclusão que legitimam certos corpos e marginalizam outros.

Assim, experiências de estigma e silenciamento são compreendidas como efeitos de práticas institucionais, e não fenômenos individuais.

Performatividade, Inteligibilidade e Abjeção

Judith Butler contribui ao compreender o gênero como performativo, permitindo analisar narrativas como atos reiterativos que produzem existência. Como afirma Butler (2018), “[...] o gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra.” (p. 44).

Gênero e sexualidade são práticas discursivas que produzem efeitos de realidade, permitindo analisar as narrativas como performances situadas, tensionadas entre inteligibilidade e abjeção. O sujeito é constituído na repetição das normas (Butler, 2018), o que revela como docentes precisam performar conformidade para serem reconhecidos como legítimos.

A abjeção é definida como condição das vidas que “[...] não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são



definidas.” (Butler, 2018, p. 34), evidenciando existências fora dos parâmetros reconhecidos. Assim, “[...] quando se diz que o sujeito é constituído, isso quer dizer simplesmente que o sujeito é uma consequência de certos discursos regidos por regras, os quais governam a invocação inteligível da identidade.” (Butler, 2019, p. 194). A performatividade permite ler os relatos como atos políticos que produzem fissuras nas normas e abrem possibilidades de existência.

Tecnopolítica do Corpo e Educação Matemática

Preciado compreende o corpo como tecnologia política regulada por dispositivos. No Manifesto contrassexual, afirma que o corpo é:

[...] um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual, na qual certos códigos se naturalizam, outros são omitidos e outros ainda são sistematicamente eliminados ou riscados” (Preciado, 2018, p. 26).

Essa perspectiva permite analisar a Educação Matemática como regime tecnopolítico que regula corpos por meio de documentos, protocolos e práticas institucionais. Tais tecnologias produzem corpos legíveis e normativos, enquanto marginalizam os que escapam à cisheteronorma.

O conceito de dispositivo contrassexual indica práticas que desestabilizam essa matriz. A contrassexualidade é “[...] uma análise crítica da diferença de gênero e de sexo, produto do contrato social heterocêntrico, cujas performatividades normativas foram inscritas nos corpos como verdades biológicas” (Preciado, 2018, p. 22).

Nessa direção, as narrativas podem ser compreendidas como práticas contrassexuais que tensionam normas acadêmicas. Resistir implica reprogramar o corpo (Preciado, 2014), deslocando seus usos e possibilidades. Assim, a Educação Matemática aparece como arena tecnopolítica onde corpos e subjetividades são produzidos, e onde narrativas dissidentes tensionam e transformam essas estruturas.

Interseccionalidade

A perspectiva interseccional, formulada inicialmente por Kimberlé



Crenshaw (1989) e posteriormente ampliada por autoras como Patricia Hill Collins (2021), constitui um eixo importante para compreender as vivências de pessoas LGBTIAPN+ que ensinam (ou ensinaram) matemática. A interseccionalidade permite analisar como sistemas de opressão como racismo, sexismo, cisheteronormatividade, colonialidade e desigualdade socioeconômica não operam isoladamente, mas de forma combinada, produzindo efeitos específicos em diferentes corpos. Essa abordagem evidencia que a experiência de um docente negro LGBTIAPN+ periférico não pode ser explicada pela soma de marcadores, mas pela maneira como esses marcadores se imbricam na estrutura social, gerando padrões distintos de exclusão, vigilância, silenciamento ou resistência.

No campo da Educação Matemática, a leitura interseccional revela como raça, gênero, sexualidade e classe determinam quais sujeitos são considerados aptos a produzir conhecimento, ocupar espaços de prestígio ou acessar oportunidades de pesquisa e formação. Além disso, permite visibilizar como o território, especialmente no caso desta pesquisa, realizada em comunidades marginalizadas no Brasil, atua como um marcador crucial de diferença, condicionando acesso à educação, recursos materiais, redes de apoio e reconhecimento acadêmico. Assim, a interseccionalidade não é apenas um conceito, mas uma metodologia que orienta o olhar para as desigualdades estruturais e possibilita compreender como cada narrativa é atravessada por múltiplas camadas de poder. Incorporá-la ao referencial teórico significa afirmar que nenhuma história pode ser lida fora do contexto social e político que a produz.

Metodologia

Para construção da tese, utilizaremos a Pesquisa Narrativa como metodologia de produção dos dados, pois permite compreender como sujeitos constroem e significam suas experiências ao narrá-las. Como destaca Hernández (2019),

O que dá sentido a uma pesquisa narrativa não é apenas o



conhecimento que gera, mas a capacidade do pesquisador para dar conta, de maneira minuciosa e exigente, daquilo que fundamenta as decisões que vai tomando e das relações que estabelece no processo de escritura (p. 08).

Trata-se de uma metodologia que exige forte implicação do pesquisador e abertura para adaptações ao longo do percurso e articulando Educação Matemática, interseccionalidade e diversidade sexual e de gênero. A Pesquisa Narrativa também promove a humanização do estudo ao valorizar vozes e perspectivas das convidadas, considerando temporalidade, lugar e cultura na construção das histórias, o que “[...] nos oferece a possibilidade de deixar vazios, de evitar a ficção perfeita, de tornar visível o metarrelato, de dar a possibilidade ao leitor de completar o relato” (Martins e Tourinho, 2017, p.8).

Além disso, possibilita flexibilidade metodológica e integração entre teoria e prática na exploração de subjetividades e emoções. Essa abordagem permite explorar as vivências de pessoas LGBTIAPN+ que ensinam (ou ensinaram) matemática em comunidades marginalizadas, problematizando discursos de neutralidade que naturalizam práticas e relações institucionais, contribuindo para a (re)produção de violências e para a manutenção de uma matemática idealizada e exclusiva (Skovsmose, 2023). Também contribui para a visibilização de pautas de gênero e sexualidade historicamente silenciadas.

Nesta pesquisa, o termo comunidades marginalizadas é utilizado para designar territórios historicamente atravessados por desigualdades sociais, raciais, econômicas e territoriais, com acesso limitado a direitos básicos, incluindo periferias urbanas, áreas rurais, ribeirinhas, quilombolas e indígenas. Essa definição não se restringe a uma região específica, abrangendo diferentes contextos do país.

Utilizaremos entrevistas narrativas, compreendendo que histórias são formas de organizar a experiência e produzir sentido. Para Clandinin e Connelly (2000), narrar é uma forma de conhecer, revelando tensões e resistências. Da mesma forma, Bruner (1997) entende a narrativa como estrutura de construção



da realidade, permitindo atribuir significado aos acontecimentos. Assim, entrevistar pessoas LGBTIAPN+ possibilita compreender como performam identidades e constroem estratégias de resistência.

As entrevistas tornam visíveis aspectos ocultos nas abordagens tradicionais, evidenciando escolhas, silenciamentos e constrangimentos institucionais. Nesse processo, as narrativas tornam-se espaço de denúncia e produção de novas possibilidades de existência. A Pesquisa Narrativa, portanto, amplia a compreensão das experiências dessas pessoas, evidenciando perspectivas de in/exclusão na Educação Matemática e contribuindo para uma crítica às práticas institucionais e à construção de epistemologias dissidentes.

Utilizaremos também a análise interseccional como perspectiva analítica, compreendendo que as narrativas são atravessadas por múltiplos eixos de diferenciação, como raça, classe, gênero, sexualidade e territorialidade. A interseccionalidade permite evidenciar como sistemas de opressão se imbricam na experiência vivida (Crenshaw, 1989), revelando silenciamentos e estratégias de sobrevivência.

Essa análise possibilita perceber como as violências são racializadas e como as normas operam de forma distinta em diferentes contextos, articulando acesso, permanência e reconhecimento no espaço acadêmico. Além disso, permite articular as narrativas aos dispositivos de poder (Foucault, 1999a), evidenciando negociações e tensionamentos vividos por corpos dissidentes. Também dialoga com Preciado (2018), ao mostrar como tecnologias acadêmicas operam diferentemente sobre corpos não normativos.

Assim, a análise interseccional produz um mapa de atravessamentos que revela como a Educação Matemática é constituída por forças que moldam oportunidades, invisibilizações e resistências, afirmando que nenhuma narrativa pode ser compreendida fora das estruturas que a moldam.

Dessa forma, esta pesquisa se organiza metodologicamente a partir da produção de narrativas docentes, analisadas por meio de uma leitura



interseccional, reconhecendo que nenhuma experiência pode ser compreendida fora das estruturas sociais, históricas e políticas que a constituem.

Serão selecionadas de cinco a oito pessoas LGBTIAPN+ que ensinem, ou já tenham ensinado, matemática na Educação Básica ou Superior e que residam ou tenham atuado em comunidades marginalizadas no Brasil. As participantes serão convidadas por meio de um formulário on-line anônimo, elaborado no Google Forms, divulgado em redes sociais, grupos de professores(as) de matemática, associações acadêmicas e coletivos LGBTIAPN+, incluindo também a indicação de outras pessoas que se encaixem nos critérios da pesquisa.

O formulário contará com perguntas fechadas e abertas para verificar o enquadramento nos critérios definidos, sem exigência de identificação nominal. Ao final, haverá um campo opcional para nome e contato (telefone ou e-mail), apenas para quem tiver interesse em participar das entrevistas narrativas, podendo permanecer anônimo caso não o preencha.

Os dados coletados serão utilizados exclusivamente para verificar a adequação aos critérios e organizar os convites às entrevistas. As informações de contato serão armazenadas separadamente das respostas analíticas e não serão compartilhadas com terceiros, em conformidade com os princípios éticos da pesquisa e com a Resolução CNS nº 510/2016. A produção dos dados será orientada pelos princípios da Pesquisa Narrativa, tendo como instrumento central as entrevistas narrativas. Serão adotados os seguintes procedimentos:

Será elaborado um roteiro com questões abertas, cujo propósito é disparar memórias, cenas e reflexões, sem delimitar rigidamente o que deve ser dito. O roteiro contemplará: trajetórias escolares e acadêmicas, com destaque para a formação em matemática; experiências de ensino em diferentes contextos, incluindo comunidades marginalizadas; vivências relacionadas a gênero, sexualidade, raça, classe, deficiência e território; situações de acolhimento, silenciamento, violência, conflito e resistência; percepções sobre documentos, normas e dispositivos institucionais.



O roteiro será flexível, permitindo que a pessoa participante conduza a narrativa conforme o que considere mais significativo. As entrevistas serão realizadas em encontros individuais, presenciais ou remotos, com duração de 60 a 90 minutos, sendo gravadas mediante autorização no TCLE.

Durante as entrevistas, o pesquisador adotará postura de escuta atenta e acolhedora, respeitando o ritmo das participantes, com possibilidade de pausas, silêncios e não resposta a questões sensíveis, garantindo também o direito de desistência a qualquer momento. O material será transcrito integralmente e reorganizado em narrativas-texto, preservando voz, estilo e sentidos, conforme orientações de Hernández (2019), que envolvem: leitura flutuante das transcrições; identificação de eixos temáticos e episódios significativos; construção de textos narrativos.

Sempre que possível, as narrativas-texto serão devolvidas aos participantes para leitura e ajustes. Como material complementar, também serão analisados documentos institucionais públicos, como regimentos, resoluções e políticas, sem acesso a materiais sigilosos. Conforme Riessman (2008), a transcrição é parte da interpretação dos dados.

As narrativas serão construídas como coautoria entre pesquisador e participante, tornando visíveis memórias e tensões, sendo posteriormente devolvidas para revisão, conforme Clandinin e Connelly (2000). Seguindo Martins e Tourinho (2017), serão registrados aspectos contextuais como ambiente, emoções, pausas e silêncios, em diário de campo reflexivo, conforme Larrosa (2002) e Hernández (2019).

O número de encontros, duração e ritmo poderão ser ajustados conforme a pesquisa. Para Clandinin e Connelly (2000), a Pesquisa Narrativa acompanha os percursos da experiência, respeitando a “escuta da situação” e permitindo que tensões e afetos orientem o desenvolvimento do estudo.

Resultados esperados

Espera-se que a pesquisa produza uma compreensão aprofundada das



experiências de docentes LGBTIAPN+ que ensinam (ou ensinaram) matemática em comunidades marginalizadas, evidenciando como gênero, sexualidade, raça, classe e território se imbricam na constituição de suas trajetórias profissionais e acadêmicas. Por meio das narrativas, o estudo poderá revelar tensões, resistências e estratégias desenvolvidas pelos colaboradores para navegar em espaços marcados pela cisheteronormatividade, pela branquitude e por regimes de verdade normativos que historicamente definem quem pode ser reconhecido como sujeito legítimo nos ambientes de ensino e aprendizagem da matemática.

Também espera-se identificar como dispositivos institucionais, como políticas, normas éticas, práticas burocráticas e culturas escolares, produzem efeitos de silenciamento, exclusão ou vulnerabilização, mas que também podem abrir brechas para a criação de modos de existência dissidentes.

Além disso, o projeto pretende contribuir para o campo da Educação Matemática ao trazer visibilidade a narrativas frequentemente apagadas, ampliando o debate sobre diversidade, equidade e justiça social na formação docente. A análise interseccional permitirá evidenciar como desigualdades estruturais moldam as possibilidades de atuação e permanência de docentes LGBTIAPN+, oferecendo subsídios para reflexões pedagógicas, curriculares e institucionais que favoreçam ambientes mais acolhedores e plurais. Espera-se, ainda, que a pesquisa fortaleça o reconhecimento político e epistêmico das vozes LGBTIAPN+ na produção de conhecimento, mostrando que suas experiências não apenas tensionam a norma, mas também expandem as fronteiras do que se compreende como Educação Matemática, contribuindo para práticas educativas mais éticas, críticas e inclusivas.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENTO, Berenice. **O que é transsexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2017.



BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BRUNER, Jerome. **Atos de significado**. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. **Narrative Inquiry: Experience and Story in Qualitative Research**. San Francisco: Jossey-Bass, 2000.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**. University of Chicago Legal Forum, 1989.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rômulo Monte Alto. São Paulo: Boitempo, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1999a.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999b.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Metodologia da pesquisa narrativa: vozes, imagens e experiência**. Porto Alegre: Penso, 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária**. In: ABEH. Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero. Salvador, 2012.

LARROSA, Jorge. **Notas sobre a experiência e o saber da experiência**. In: LARROSA, Jorge. *Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 19–36.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, gênero e sexualidade: o corpo como lugar de produção da diferença**. 9. ed. Petrópolis: Vozes 2013.

MARTINS, Cecília; TOURINHO, Irene. **Pesquisa narrativa: epistemologias, metodologias e poéticas da experiência**. Salvador: EDUFBA, 2017.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**. Tradução de Maria Galastri. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. Mestrado - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.



RIESSMAN, Catherine Kohler. **Narrative Methods for the Human Sciences**. Thousand Oaks: Sage, 2008.

SKOVSMOSE, Ole. **Critical Mathematics Education**. 1. ed. AG, Suíça: Springer Nature, 2023.